



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 22/XII/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da Acta n.º 21/XII/1.ª SL;**
- 2. Apreciação e votação do Parecer do Projecto de Lei n.º 97/XII/1.ª - "Altera o regime de promoções do pessoal do Troço de Mar do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha"**  
**Relator - Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD);**
- 3. Outros Assuntos.**

---

#### **1. Aprovação da Acta nº 21/XII/1.ª SL;**

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, colocou à votação a acta n.º 21/XII/1.ª, relativa à reunião havida no dia 23 de Novembro, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do PCP e do BE.

#### **2. Apreciação e votação do Parecer do Projecto de Lei n.º 97/XII/1.ª - "Altera o regime de promoções do pessoal do Troço de Mar do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha"**

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD) para apresentar o parecer, fazendo uma breve síntese do mesmo e da questão objecto do projecto de lei em causa. Recordou ainda ter questionado o Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada sobre a matéria, na audição realizada pela Comissão em Outubro.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) felicitou o autor do parecer, bem como o grupo parlamentar proponente do projecto de lei, não obstante se encontrasse nesse momento ausente o respectivo representante. Esclareceu que o seu grupo parlamentar reservava a sua posição sobre a iniciativa legislativa em causa para a discussão em plenário e fez algumas considerações sobre o assunto. Começou por recordar que a promoção por diuturnidade está actualmente algo ultrapassada e considerou que com o projecto de lei em causa se pretende resolver um problema sem



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 22/XII/ 1.ª SL

atender a outro problema funcional que qualificou de mais sério – o do quadro de pessoal do Instituto de Socorros a Náufragos -, concluindo que esta poderá ser uma oportunidade para resolver este problema. Finalmente, recordou que no quadro orçamental de 2011 e 2012 estão proibidos os incrementos remuneratórios.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) começou por felicitar o autor do parecer e disse concordar com o orador antecedente. Frisou ainda que legislar de forma *ad hoc* cria por vezes maiores injustiças do que as que se pretende resolver, pelo que considerou necessário fazer uma análise mais aprofundada da questão. Por fim, remeteu igualmente a posição do seu grupo parlamentar para a apreciação em plenário sobre o projecto de lei.

Submetidos à votação, os considerandos e conclusões do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 97/XII foram aprovados por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do PCP e do BE.

#### **3. Outros Assuntos.**

Passando ao último ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu conta da realização de uma reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional na semana anterior, em que foi dado parecer sobre alterações nas forças nacionais destacadas (FND). Informou que, na sequência dessa reunião, foram estabelecidos contactos com o gabinete do Senhor Ministro da Defesa no sentido de, tão cedo quanto possível, ser dado cumprimento ao estatuído na Lei que regula o acompanhamento pela Assembleia da República do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro (Lei n.º 46/2003, de 22 de Agosto). Nesse sentido, informou que foi agendada uma audição sobre o assunto para dia 7 de Dezembro, às 10 horas.

De seguida, o Senhor Presidente informou que receberá, em nome da Comissão, o Senhor General Pinto Ramalho, Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), no dia 12 de Dezembro, para cumprimentos de despedida. Lembrou que oportunamente haverá que agendar uma audição com o novo CEME.



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 22/XII/ 1.ª SL

Seguidamente, referindo-se às próximas actividades da Comissão, o Senhor Presidente deu conta das dificuldades sentidas em seguir a linha de prioridades definida, que incluía audições com a comissão encarregue da reforma da saúde militar e com a Comissão Permanente de Contrapartidas: no primeiro caso, porque a comissão tomou posse muito recentemente e ainda não está em condições de prestar esclarecimentos à Comissão e no caso da Comissão Permanente de Contrapartidas porque a mesma deixou de ter presidente. Assim, considerou que seria útil planear visitas para o início do próximo ano. Recordou estar pendente um convite da OGMA, mas disse ter dúvidas, do ponto de vista institucional, de que essa seja a primeira visita da Comissão na presente Legislatura e perguntou se não seria de começar por um órgão, unidade ou estabelecimento militar. Recordou ainda que no final da Legislatura passada estava agendada uma visita ao Instituto Hidrográfico, que não se realizou em virtude da dissolução da Assembleia.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) disse partilhar as dúvidas manifestadas pelo Senhor Presidente e o Senhor Deputado João Soares (PS) referiu não ver inconveniente nem quebra de protocolo em que a primeira visita seja à OGMA.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) manifestou a sua concordância com o Senhor Deputado João Soares, lembrando que do ponto de vista protocolar a Comissão já cumpriu a primeira ronda de contactos com membros do Governo e chefes militares. Recordou que 30% do capital da OGMA é detido pelo Estado português, pelo que esta visita se enquadra nas actividades da Comissão. Também sugeriu que a Comissão possa realizar um primeiro grupo de visitas que abranja os três ramos, uma em matéria de busca e salvamento, outra de acompanhamento da preparação de forças a enviar para uma missão no estrangeiro, como a do Líbano ou a do Afeganistão, e outra ao Instituto Hidrográfico.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) clarificou nada ter a opor a uma visita à OGMA, mas defendeu que, do ponto de vista da lógica do sistema, faz mais sentido começar pela *holding* EMPORDEF e depois então visitar as empresas que a integram.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) referiu que o seu grupo parlamentar entende ser de começar por uma visita a uma unidade ao nível de brigada ou batalhão e só depois passar ao sector empresarial do Estado.

Usou de novo da palavra nesta matéria o Senhor Deputado João Soares (PS), que afirmou discordar do orador antecedente, defendendo que as visitas devem ser feitas



## **COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL**

### **ACTA NÚMERO 22/XII/ 1.ª SL**

em função das oportunidades e das prioridades do momento e lembrando que foi feito um convite à Comissão para visitar a OGMA. Fez ainda algumas considerações sobre o dia da próxima audição com o Senhor Ministro da Defesa Nacional, lembrando ser a data do ataque japonês a Pearl Harbor e do ataque indonésio a Timor-Leste, e ainda do crime de homicídio que a polícia brasileira imputa ao ex-líder parlamentar do PSD, Duarte Lima.

Referindo-se às actividades da Comissão, o Senhor Deputado José Lello (PS) disse ser de opinião que a Comissão deveria começar por visitar uma unidade militar que esteja envolvida em operações no exterior (por exemplo, aos fuzileiros ou a Santa Margarida), frisando a importância de começar pela área operacional, em especial por forças operacionais de primeira linha.

O Senhor Presidente começou por lembrar que a Comissão tem um importante papel a desempenhar junto das Forças Armadas, que considerou ganhar particular pertinência em momentos como o presente. Assim, atendendo à disparidade de opiniões manifestadas, e revendo-se em muito do que foi dito, disse que numa das próximas reuniões da Comissão apresentaria à Comissão uma proposta de um conjunto de iniciativas que obedeçam a um mesmo critério - no âmbito da investigação (como os Institutos Hidrográfico e Geográfico ou os Laboratórios do Exército), no âmbito operacional (como unidades militares com empenhamento em missões no exterior) ou no âmbito da busca e salvamento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de Novembro de 2011.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS CORREIA)**



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ACTA NÚMERO 22/XII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Carina Oliveira  
Correia de Jesus  
Hélder Sousa Silva  
Hugo Lopes Soares  
João Gonçalves Pereira  
João Rebelo  
João Soares  
Joaquim Ponte  
José de Matos Correia  
José Lello  
Luís Vales  
Marcos Perestrello  
Mariana Aiveca  
Miranda Calha  
Mónica Ferro  
Pedro do Ó Ramos  
Glória Araújo  
Luísa Salgueiro  
Nuno André Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos  
Odete João

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Braga  
Rosa Maria Albernaz